

**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL – REDE DOCTUM DE ENSINO**

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO K

Camila Magalhães Miranda*

Breno Eustáquio Silva**

RESUMO

Neste artigo são apresentados os conceitos e os desafios da implementação do Bloco K, que é um novo registro estruturado dentro do SPED, nova exigência às empresas em relação à fiscalização tributária de todo o processo do controle de produção e de estoque na versão digital. Na análise da pesquisa, observou-se dificuldades em relação à implementação do Bloco K, tais como: as ligadas ao controle de estoque efetivo; recursos tecnológicos e treinamento dos colaboradores dos setores envolvidos. O Bloco K trata-se de um grande avanço da informatização tributária, permitindo cruzamento das informações fornecidas pelo contribuinte de forma segura em tempo hábil.

Palavras-chave: Tecnologia. SPED fiscal. Bloco K.

1 INTRODUÇÃO

A informatização provocou uma mudança significativa no âmbito empresarial e social, o que se tornou primordial dentro da organização, pois é um instrumento que auxilia em todo o processo da empresa. Por meio da informatização, o controle de gestão tornou-se muito mais ágil, com melhor precisão dos resultados e maior segurança na tomada de decisão. Por isso, o profissional de TI (Tecnologia da Informação) tornou-se indispensável, dentro das organizações, pois com o seu

*Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Rede Doctum de Ensino;
camilammagalhaes@hotmail.com

**Mestre em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo;brenomonlevade@gmail.com

auxílio realiza-se a parametrização do sistema, as amarrações das contas contábeis e das obrigações, entre outras ações.

A tecnologia da informação ao serviço do poder público permitiu a criação do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), cujo fisco terá maior acessibilidade nas informações prestadas, tornando possível o cruzamento das obrigações entregues pelos contribuintes, de forma mais rápida e segura, uma vez que a tecnologia nos processos contábeis é capaz de apontar incoerências nas informações fornecidas.

O embasamento deste estudo está pautado no novo sistema de registro estruturado na Escrituração Fiscal Digital – ICMS/IPI (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços/Imposto sobre produtos industrializados), o Bloco k. Sobre o qual serão aprofundados conceitos, algumas considerações e desafios na implementação. Com a nova obrigação, os contribuintes terão que enviar o registro mensalmente, por meio eletrônico, facilitando o cruzamento de informações. Com mais este arquivo, o fisco terá acesso a todo processo produtivo, evitando por parte dos contribuintes práticas de ocultamento do fato gerador, ou seja, a sonegação fiscal. Assim, este artigo objetivou responder à pergunta norteadora, quais os desafios na implementação do bloco k?

Ao apontar os desafios que os contribuintes enfrentarão para a implementação e adaptação ao Bloco K, observou-se que a nova obrigação afetará diversos setores e profissionais, tornando imprescindível que todas as informações prestadas estejam fidedignas. E caso as empresas obrigadas a cumprir com essa declaração não se adequarem a essa nova exigência, ou prestar, informações errôneas, poderão sofrer futuras consequências danosas.

A organização deste artigo se deu da seguinte forma: introdução, referencial teórico, a metodologia, análise dos resultados encontrados e, por fim, conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante das constantes mudanças na era tecnológica, o segmento contábil vem sofrendo constantes mutações. Com o aumento no volume de operações das empresas, tanto a fiscalização, quanto as organizações foram obrigadas a se modernizarem tecnologicamente. Observa-se que a Tecnologia da Informação é de suma importância no campo contábil, pois todas as informações e movimentações das empresas são prestadas através de sistemas informatizados e têm como características, segurança e rapidez em tempo real, gerando resultados satisfatórios e buscando constantes melhorias nos processos.

Segundo Padoveze (2004, p. 51) TI é “todo o conjunto tecnológico à disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação e suas operações”. Assim como as tecnologias estão ligadas à informática, percebe-se a necessidade da contabilidade estar ligada à TI, porque facilita os trabalhos contábeis, evitando os erros, e contribuindo com a eficácia das informações geradas.

Os sistemas implantados e parametrizados estarão de acordo com a necessidade de cada empresa. Para Duarte (2009, p.16), “a informação pura não é conclusiva, não toma decisões nem cria oportunidades. Para que ela tenha valor é preciso utilizar as habilidades humanas de análise e síntese”.

Com o auxílio da TI, foi criado um projeto pela RFB (Receita Federal do Brasil), referente à escrituração fiscal das empresas, pertencente ao grupo SPED, denominado como Escrituração Fiscal Digital, esta é uma ferramenta que permite compartilhar as informações eletronicamente, o que simplifica e facilita a integração do Fisco com o contribuinte, pois a entrega da documentação é realizada por meio digital, além disso, ele visa à substituição dos livros impressos por arquivos gerados eletronicamente. Pegoravo *apud* Bairro (2007) descreve o processo da contabilidade na era manual no qual:

[...] os operadores lançavam os atos e fatos ocorridos nas transações comerciais, fiscais, financeiras e trabalhistas das empresas, em ordem cronológica de dia e data em dois livros específicos para este fim, chamados de livro diário copiativo e livro razão composto de fichas. Nestes livros, a apuração final dos resultados de cada período contábil das

empresas, era extremamente complicada, pois os controles de contas a receber e a pagar eram registrados, manualmente, em fichas individuais. (BAIRRO, 2007, p.13)

No cenário contábil conforme descreve o autor, as escriturações fiscais e contábeis eram entregues em meio físico, ou seja, em papel, e como consequência, a possibilidade de erros era bem maior e as informações não eram detalhadas. Assim sendo, as informações colhidas eram, muitas vezes, consideradas como não fidedignas.

2.1 Sistema Público de Escrituração Digital

O SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, integrado pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC: Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, 2007-2010), trata-se de uma inovação tecnológica a fim de substituir as escriturações fiscais, contábeis e impressão de livros em meio físico pelo método eletrônico, com o intuito de modernizar as obrigações, obtendo maior agilidade e confiabilidade nos processos. Em síntese, as obrigações serão fontes eletrônicas onde o fisco terá maior acesso às informações, permitindo o cruzamento e identificando atos ilícitos.

Conforme discorre Almeida (2008)

Sistema Público de Escrituração Digital é um programa que prevê a obtenção das informações junto às empresas de forma on-line. A iniciativa eliminará a troca de informações processuais entre os diversos órgãos, fortalecendo o controle de arrecadação e disponibilizando uma base autêntica para uso de fins lícitos pelo governo. (ALMEIDA, 2008 p. 1)

O projeto SPED tem o objetivo de atingir as três esferas: federal, estaduais e municipais, para atuarem em conjunto. Porém, ainda não se tem participação efetiva das prefeituras. Com a demanda da informatização nos processos contábeis e fiscais, a RFB tem dimensionados vários subprojetos pertinentes ao universo SPED. Além da EFD – ICMS/IPI, ainda tem em atuação a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) de Ambiente Nacional, SPED Contábil, EFD (Escrituração Fiscal Digital) Contribuições, EFD SOCIAL, SPED ECF (Escrituração Contábil Fiscal) e Central de Balanços. Para o Fisco e o contribuinte seria de grande valor, se se unificasse os projetos, porém

cada obrigação tem sua particularidade, com isso a possibilidade seria descartada, portanto é necessário que tenham esses subprojetos separados.

Quando o contribuinte enviar os dados de cada obrigação acessória, estas serão cruzadas e confrontadas, por isso, é necessário que não haja divergências nas informações prestadas, uma vez que todas estão interligadas. Caso ocorra alguma divergência, o contribuinte será questionado pelo Fisco, e a não justificativa poderá ocasionar em autos de infrações previstas em lei.

O procedimento para a transmissão realiza-se a partir do sistema parametrizado do contribuinte, onde se gera o arquivo .txt (de texto) contendo todas as informações exigidas pelo fisco, em seguida é exportado para o programa específico. Depois de validados os erros e as advertências forem sanadas, o mesmo é assinado e transmitido por meio do PVA (Programa Validador de Arquivos).

Como premissa para realizar a entrega das obrigações, o uso do certificado digital é necessário, podendo ser adquirido apenas por autoridades certificadoras habilitadas pela RFB. Atualmente no mercado, existem os certificados na modalidade A1 e A3 com validade de um e três anos, conseqüentemente.

Assim, o contribuinte ao enviar os dados deverá certificar-se de que todas as informações prestadas estão em conformidade.

As empresas obrigadas à apresentação do SPED deverão aperfeiçoar a avaliação da qualidade de suas informações e dos seus procedimentos contábeis e fiscais, pois, com a entrega dos arquivos eletrônicos, elas estarão mais expostas a maiores questionamentos pela eventual adoção de procedimentos fiscais em desacordo com a legislação. (CARVALHO, 2008, p.1).

De modo geral, pode-se dizer que o objetivo do SPED é demonstrar ao fisco a transparência nos processos fiscais, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, evitando as irregularidades e obtendo maior eficácia no cruzamento de dados, auditoria eletrônica, entre outros.

Na verdade, todos se beneficiarão com o sistema. “Trata-se de uma mudança importante entre as transformações pelas quais a área contábil e fiscal está passando nos últimos anos, e visa dar mais transparência às operações das empresas e do próprio governo, evitando atos ilícitos.” (NASCIMENTO, 2013, p. 61).

Como discorre o autor, o SPED trouxe muitos benefícios para a sociedade, como preservação ao meio ambiente devido à redução de consumo de papel, combate à sonegação fiscal, agilidade quanto à fiscalização e melhoria nas informações. Já para o contribuinte, trouxe a simplificação de obrigações, a redução de custo com papel e o uso do certificado digital.

No cenário contemporâneo, a tecnologia e a contabilidade andam juntas, pois, por meio delas, criam-se ferramentas capazes de auxiliar nas obrigações acessórias. O SPED permite controlar fatos fiscais e contábeis através dos sistemas de informações e possibilita ao fisco realizar cruzamentos das informações e aponta os atos ilegais causados pelos contribuintes. Essa é uma forma que o governo encontrou para modernizar a fiscalização unificando várias atividades praticadas pelas empresas.

De modo geral, é importante salientar que, mesmo diante das ferramentas tecnológicas, as informações contábil e fiscal, não podem perder a essência, nem ferir seus princípios contábeis.

2.2 Escrituração Fiscal Digital - ICMS/IPI

A EFD – ICMS/IPI foi instituída pelo Convênio ICMS nº 143/06, de 15 dezembro de 2006, é definida como arquivo digital, que abrange toda a escrituração fiscal e entre outras informações do interesse do fisco, foi fundamentada com o intuito de substituir os livros fiscais em meio físico pelo método eletrônico.

Anteriormente, a escrituração dos livros fiscais contemplava apenas os valores totais dos documentos, naquela época o risco de o contribuinte driblar o fisco era maior, porém com as mudanças na área de informatização, o contribuinte avisa as operações para o fisco, com todo o processo de escrituração de forma eletrônica e

mais detalhada, permitindo a Receita Federal executar o cruzamento das informações, e identificar possíveis crimes fiscais. A Escrituração Fiscal Digital abrange e elimina a impressão dos livros fiscais, a saber: Registro de entradas e saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do ICMS, Registro de Apuração do IPI, CIAP (Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente), Registro de Controle de Produção e Estoque. Neste contexto, o contribuinte não tem a obrigação de imprimir os livros fiscais, o fisco exigirá o protocolo de transmissão e os arquivos armazenados digitalmente pelo contribuinte de forma segura.

As empresas dispensadas de entregar a Escrituração Fiscal Digital são as optantes pelo Simples Nacional e as Microempresas Individuais. A obrigatoriedade é para os contribuintes do ICMS/IPI. O ponto de partida para entregar o SPED Fiscal é a partir do sistema interno do estabelecimento, ou seja, a empresa gera um arquivo em texto, contendo os documentos fiscais e outras informações do interesse do fisco. Este arquivo deve ser importado, depois ser validado e não apresentar erros e nem advertências, o mesmo é assinado e transmitido através do PVA.

A escrituração fiscal digital passa por vários processos para que ocorra a validação sem erros ou advertências, que é enviada pelo programa PVA, vale ressaltar que, para a geração do arquivo com sucesso, é necessário que as informações contidas estejam corretas e deve certificar-se de que todos os dados informados estão em conformidade com o documento físico.

2.3 Bloco K

O Livro Registro da Produção e Estoque-Modelo 3, foi elaborado pelo Ajuste SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) nº02, de 1972. Através deste, é apresentado ao fisco toda a escrituração das entradas e saídas de mercadoria, o livro exigia todo o processo produtivo da empresa. Desde sua criação já existia a possibilidade de ser substituído por relatórios que demonstrassem a real movimentação dos estoques das empresas.

Recentemente, o Livro Modelo P3, voltou à cena de modo digital, como um novo

registro incorporado na EFD – ICMS/IPI, com o mesmo objetivo de informar mensalmente às esferas estaduais e federais, toda a movimentação e processo de estoque, perdas do processo produtivo e substituição de insumos para produtos fabricados pelo estabelecimento ou por terceiros, dentre outros. A entrega do Bloco K é feita mensalmente, por estabelecimentos industriais ou a eles equiparados.

O caminho percorrido até se chegar ao Bloco K, iniciou-se com o livro modelo 3, posteriormente, foi substituído pela ficha Kardex, essas fichas de controle de estoque e produção deveriam ser arquivadas e autenticadas em um posto fiscal de jurisdição da empresa. O quadro abaixo expõe o que muda a partir da nova exigência.

Quadro 1- Livro Registro da Produção e do Estoque

Livro Modelo P3	SPED Fiscal –Bloco K
A entrega era realizada por meio físico.	A transmissão será de forma digital, através do registro Bloco K do SPED Fiscal.
O processo era apresentado ao fisco, conforme sua solicitação.	O processo será apresentado mensalmente ao fisco.
O Livro Modelo P3 podia ser substituído, por controles elaborados no formato próprio da empresa.	Conterá registros específicos de acordo com as operações das atividades (será de forma mais detalhada).
O cruzamento das informações era de difícil acesso, pois o fisco não tinha ferramentas eficientes.	Permitirá um cruzamento de dados entre o fisco e contribuinte, as informações serão de forma padronizada para todos, e com auxílio da informatização o processo será rápido e em tempo real.

Fonte: elaborado pela autora (2016)

Antes da nova exigência, as organizações já possuíam livro físico, com as informações pertinentes ao processo de produção. Com a mudança de cenário, as informações do Bloco K, estruturado na EFD, são geradas mensalmente pelo contribuinte do ICMS ou IPI, e transmitidas à RFB eletronicamente.

A complexidade do bloco K é de grande preocupação para os contribuintes, pois as informações apresentadas não podem conter inconsistências, por isso, ao realizarem obrigações interligadas ao Bloco K, eles devem verificar criteriosamente as informações para que não haja divergência no cruzamento delas, pois esse fato chamará atenção da fiscalização.

As informações a serem prestadas no Bloco K são: quantidade produzida; quantidade de materiais consumidos; quantidade produzida em terceiros; quantidade de materiais consumidos na produção em terceiros; movimentações internas de estoque que não estejam ligados à produção; materiais de propriedade da empresa e em poder de terceiros; materiais de propriedade de terceiros em poder da empresa; lista de materiais de todos os produtos que são fabricados na produção própria e em terceiros. O Bloco K é composto por 9 (nove) registros, conforme o quadro 2.

Quadro 2-Registros do Bloco K

Registro
K 001 – Abertura do Bloco K.
K100 – Período de Apuração do ICMS/IPI.
K200 – Estoque Escriturado.
K220 – Outras movimentações internas entre mercadorias.
K230 – Itens produzidos.
K235 – Insumos Consumidos.
K250 – Industrialização Efetuada por Terceiros Itens Produzidos.
K255 – Industrialização em terceiro –Insumos Consumidos.
K990 – Encerramento do Bloco k.

Fonte: elaborado pela autora (2016).

Esse panorama de registro é uma forma que o fisco criou para detalhar todo o processo produtivo da organização, a partir daí as informações transmitidas à Receita Federal serão cruzadas e confrontadas, tornando possível evidenciar inconsistências no processo em tempo hábil. O processo tem por finalidade eliminar de vez a emissão de notas fiscais com informações incorretas, tais como as subfaturadas ou espelhadas, as meia-notas, a manipulação dos estoques, entre outros. Com isso, a fiscalização será ainda mais eficiente e severa. A intenção do fisco é inibir qualquer maneira de burlar e sonegar impostos.

2.4 Prazos de entrega das informações e vigência

Foi estipulado um prazo para entrega das informações ao Bloco K, no entanto os contribuintes pediram a prorrogação do prazo para o envio. Esse prazo foi dilatado.

Com os novos prazos os contribuintes serão beneficiados, no sentido de terem mais tempo para implantar o sistema dentro da organização e se adaptarem. Como já mencionado, as empresas terão que informar ao fisco, de forma detalhada toda a movimentação do estoque no âmbito da EFD - ICMS/IPI. Com a nova exigência, as empresas e indústrias terão que escriturar todo o processo de controle de produção e de estoque eletronicamente.

O arquivo será gerado mensalmente, através do sistema interno da empresa, para que isso ocorra dependerá do controle e da boa gestão de compras, vendas, produção, estoque eficaz, dentre outros. Depois de gerado o arquivo, será exportado para o ambiente do SPED, utilizando o certificado digital (A1 ou A3) para a transmissão. Conforme o Ajuste SINIEF nº 01/2016 DOU (Diário Oficial da União de 15.01.2016), segue a abaixo os prazos novos de obrigatoriedade:

§ 7º A escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque será obrigatória na EFD a partir de:

I - 1º de janeiro de 2017, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$300.000.000,00;

II - 1º de janeiro de 2018, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) pertencentes à empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$78.000.000,00;

“III - 1º de janeiro de 2019, para: os demais estabelecimentos industriais; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e os estabelecimentos equiparados a industrial.”

No que diz respeito ao Bloco K da EFD, estabelecimento industrial é aquele que possui qualquer dos processos que caracterizam uma industrialização, segundo a legislação de ICMS e de IPI, e cujos produtos resultantes sejam tributados pelo ICMS ou IPI, mesmo que de alíquota zero ou isento (Receita Federal do Brasil, 2015).

3 METODOLOGIA

O presente artigo pode ser classificado como exploratório por ser um tema recente e não ser muito explorado. Conforme Gil (1999, p. 43), “as pesquisas exploratórias

têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”

Segundo Gil (1999, p. 26) “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações e técnicas que possibilitam sua verificação, ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”.

Em relação à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, foram realizados questionário e pesquisa bibliográfica para a redação deste artigo. Segundo Gil (1999, p. 129), define-se questionário como “a técnica de investigação composta por números mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”

Quanto à pesquisa qualitativa, Vieira (2009) afirma que

Na pesquisa Qualitativa, o pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças, o significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa. Para isso, procura interagir com as pessoas mantendo neutralidade. A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são, ainda, insuficientes. (VIEIRA, 2009. p.5 e 6)

A pesquisa bibliográfica foi baseada em artigos científicos, legislações, e livros. Com o objetivo de aprimorar o assunto. Após juntada iniciou-se a análise dos dados para a redação deste texto

4 ANÁLISE DE DADOS

O presente artigo objetivou apontar os desafios na implementação do Bloco k, o questionário aplicado foi para o público alvo de contadores, no total de 5(cinco) perguntas, uma objetiva e 4(quatro) abertas. As quais nortearam este artigo a fim de obter informações relevantes sobre o processo de implementação. A amostra foi de

15 respondentes. A seguir, serão apresentados os principais pontos que trouxeram base para análise das dificuldades da implantação do Bloco K.

A primeira pergunta aos respondentes foi objetiva e apenas com as opções sim ou não: Você tem conhecimento do Bloco K? Todos respondentes afirmaram ter conhecimento da existência do bloco k.

A segunda: Sua empresa ou a empresa para qual você presta assessoria ou serviço está preparada para implantá-lo? Justifique. Resposta: 90% (noventa por cento) dos entrevistados responderam que ainda não estão preparados devido à falta do controle de estoque interno. A fala de 10% (dez por cento) dos respondentes é a de que já se prepararam dispondo dos seguintes recursos: tecnológicos (software e hardware); equipe de consultoria interna (T.I e contabilidade); equipe de consultoria externa (jurídico) e equipe operacional interna capaz de atender a demanda no prazo estabelecido.

A terceira pergunta: O que a empresa precisa para gerar e transmitir as informações para o Bloco K? Resposta: A empresa precisa de sistemas informatizados e buscar profissionais qualificados nas áreas de TI e conhecimentos relacionados ao Bloco K.

Também se obteve respostas como: a empresa tem que ter o fluxo de seus processos produtivos, com controles regidos de cada produto consumido em cada etapa, bem como controle de matéria prima em estoque, produtos em elaboração, e produto final acabado. E ainda estudar todos os requisitos do Bloco K, mapear cada detalhe dos processos de industrialização, terceirização e estocagem, avaliar se o software irá atender as exigências, preparar e treinar sua equipe interna na operação e nos registros de informações, fazer testes para confirmar se as informações coletadas no sistema correspondem à realidade.

Para a quarta pergunta: Para você, quais os principais desafios que as empresas enfrentam com a implementação do Bloco K? Obteve-se o seguinte resultado: o grande desafio é controlar separadamente o estoque (matéria-prima, produto-acabado e etc.) e preparar os recursos para que se possa atender essa nova

realidade, seja de forma tecnológica (software), seja com recursos físicos (pessoas, almoxarifado).

Na questão de número 5: Quais são os desafios para os profissionais de contabilidade em relação a implementação do bloco K? Resposta: os profissionais constataram que um dos grandes desafios é conscientizar os empresários sobre a importância da implementação do Bloco K, outro desafio é convencer a empresa a investir em sistemas, treinamentos, e contratação de profissionais específicos da área

De modo geral, por meio das respostas dos entrevistados pode-se concluir que existem desafios a serem alcançados, destacando-se que o controle de estoque que é visto como um elemento importante para as empresas, contém ainda uma falha interna. As organizações deixam de informar o que realmente aconteceu no decorrer do período, não contabilizam as entradas, saídas, perdas, dentre outros. Em consequência disso, pode-se ocasionar um grande furo no estoque trazendo dificuldade no controle efetivo.

Outra grande preocupação é com a parametrização do sistema, já que é importante que os empresários busquem assessoria especializada em informatização. Esses procedimentos farão com que as informações geradas sejam transmitidas corretamente, de forma segura e garantindo conformidade legal e evitando possíveis sonegações fiscais. O investimento com os colaboradores é essencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade e a Tecnologia de Informação são ferramentas primordiais dentro das organizações, através delas percebe-se melhoria no processo da tomada de decisões, pois são geradoras de benefícios para as empresas e sociedade.

Os desafios na implementação do Bloco K do SPED Fiscal, segundo a resposta dos entrevistados observou-se que a maior dificuldade está ligada ao controle de estoque interno da empresa, essa tarefa não é realizada de forma correta, pois há falhas no registro de perda ou quebra de matéria-prima ou o produto final, esses fatos não contabilizados, entre outros casos impactam na contagem no fechamento do estoque, refletindo negativamente no lançamento das informações do bloco k.

Por enquanto, não se pode dizer o grau do impacto com a implantação, entretanto haverá mudanças que implicarão em diversas áreas das empresas. É importante que as organizações preparem seus profissionais para se adaptarem às novas mudanças, que por outro lado é oportunidade para as empresas terem um controle eficaz dos estoques, evitando desperdícios e falhas.

Por fim, a complexidade do Bloco K gera preocupação para os contribuintes. Com a prorrogação dos prazos as empresas aguardam com ansiedade a data que entrará em vigor. O fisco também passará por um processo de adaptação, pois a demanda de informações que receberão das empresas será enorme, e terão que se adaptar a essa era tecnológica.

No momento, em que isso ocorrer, as empresas deverão prestar, para a Receita Federal do Brasil, informações relativas do Livro de Registro do Controle e do Estoque por meio eletrônico, através do SPED Fiscal. A fiscalização tornar-se-á mais precisa, permitindo ao fisco facilidade no cruzamento das informações em tempo hábil e detectando possíveis divergências.

BLOCK K IMPLEMENTATION CHALLENGES

ABSTRACT

This article presents the concepts and challenges of the implementation of Block K, which Block K is a new registry that is structured within SPED, with this SPED, a new requirement for companies in relation to tax inspection of the entire process of

production control And stock in the digital version. In the analysis of the research, difficulties were observed in relation to the implementation of Block K, such as: those linked to effective inventory control; Technological resources and training of employees in the sectors involved. Block K is a major advance in tax information, allowing the information provided by the taxpayer to be crossed in a timely manner.

Keywords: Technology. Sped Fiscal. Block K.

REFERÊNCIAS

ABIMO. **Prazo de Obrigatoriedade do Bloco K é adiado.** Disponível em: <<http://abimo.org.br/noticias/prazo-de-obrigatoriedade-do-bloco-k-e-adiado/>> Acesso em: 22 set. 2015.

ALMEIDA, José Othon Tavares de. **O Sped e a transparência nas relações tributárias.** Disponível em: <<http://www.leandroecia.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2016

BAHIA. Cartilha do sistema Público de Escrituração Digital SPED. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-4019.pdf>> Acesso em: 22 set. 2015

BRASIL. **Ajuste sinief 1, de 14 de janeiro de 2016.** 1972. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2016/aj_001_16>. Acesso em: 10 nov. 2016

BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 20 set. 2016

BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) – informações.** Disponível em: <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/sped/>> Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. **Perguntas frequentes EFD ICMS IPI SPED Fiscal - Versão 4.0 de 15/10/2015.** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/estatico/45/62CE7A41F5742AB5C65B51818CA798B35E629A/Perguntas_Frequentes_vers%C3%A3o_4_0_2015.pdf> Acesso em: 22 set. 2015

CARVALHO, Jerffeson C. de. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital – Impactos na contabilidade das empresas**. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2016

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: O Brasil na Era do Conhecimento**. 3ª. ed. São Paulo: Ideas@work Informática Ltda, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS. **Escrituração Fiscal Digital**. 2016. Disponível em: <<http://www5.fazenda.mg.gov.br/spedfiscal/index.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistema de Informações Contábeis**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2004

SISTEMA, Ebs. **Apostila Bloco K**. 2014. Disponível em: <http://www.ebs.com.br/treinamento/Apostilas/Apostila_Bloco_K_rev02.2014.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

TRIBUTÁRIO, Conselho de Assuntos Fiscais e. **Cartilha do Sistema público de escrituração digital sped**. 2012. Disponível em: <<http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-4019.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO



Prezado Contadores,

Esta pesquisa tem a finalidade de levantar informações sobre “Os desafios na implementação do Bloco K” a fim de alcançar subsídios para a redação do meu artigo de conclusão do Curso de Ciências Contábeis. As respostas coletadas ajudarão a enriquecer meu estudo e a análise será apresentada no Trabalho de Conclusão de Curso. Conto com a colaboração dos senhores no preenchimento deste questionário.

Agradeço a contribuição e o apoio dos senhores,

Camila Magalhães Miranda

1) Você tem conhecimento do Bloco k?

() Sim

() Não

2) A sua empresa ou a empresa para qual você presta serviço está preparada para implantá-lo? Justifique.

3) O que a empresa precisa para a gerar e transmitir o Bloco K?

4) Para você, quais os principais desafios que as empresas enfrentam com a implementação do Bloco K?

5) E quais são os desafios para os profissionais de contabilidade em relação à implementação do Bloco K?
